



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais, exceto outro modo indicado)

29. CUSTOS OPERACIONAIS

O ano de 2019 foi marcado por diversas reduções de gastos na Companhia, decorrente de ações da nova Diretoria, tais como redução de empregados contratados em regime amplo, reestruturação organizacional, renegociação de contratos com fornecedores, com redução ou supressão de valores, extinção da prestação de serviços gráficos, dentre outras. As ações ocasionaram grande redução nos custos da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018	% Redução
Pessoal	112.394.220	116.970.814	-3,91%
Treinamento	22.860	82.882	-72,42%
Material	1.864.864	5.244.272	-64,44%
Manutenção Equipamentos	13.969.642	14.837.853	-5,85%
Manutenção Bens Instalações	89.384	150.749	-40,71%
Aluguel Equipamentos	853.344	2.106.955	-59,50%
Serviços Terceiros	14.319.123	27.434.072	-47,81%
Licenciamento e Manutenção Software	16.115.193	19.890.660	-18,98%
Utilidades e Custos Gerais	3.930.596	4.285.096	-8,27%
Depreciação/Amortização	8.914.152	10.081.035	-11,58%
Total	172.473.379	201.084.388	-14,23%

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

O grupo Despesas Administrativas e Gerais também foi impactado pelas ações da Diretoria Executiva da Companhia (vide NE 29), sofrendo reduções conforme composição abaixo:

	2019	2018	% Redução
Pessoal	28.218.812	32.391.814	-12,88%
Treinamento	15.525	66.932	-76,80%
Material	80.737	336.164	-75,98%
Manutenção Equipamentos	42.914	39.936	7,46%
Manutenção Bens/Instalação	141.737	94.027	50,74%
Aluguel Equipamentos	38.030	58.541	-35,04%
Serviços de Terceiros	5.781.619	9.254.909	-37,53%
Licenciamento/Manutenção Software	2.181	12.203	-82,13%
Utilidades e Despesas Gerais	6.233.291	6.339.927	-1,68%
Depreciação/Amortização	340.281	345.355	-1,47%
Total	40.895.127	48.939.808	-16,44%

31. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2019	2018	Reapresentado
Receitas Financeiras			
. Receitas Aplicação Financeira	295.811	1.584.346	
. Descontos Obtidos/Juros	982.232	18.786	
Recebidos			
. Variação Monetária Ativa	379.282	828.039	
	1.657.325	2.431.171	
Despesas Financeiras			
. Multas	1.129.782	5.715.765	
. Correção Monetária	874.778	1.139.327	
. Juros	2.829.469	3.587.502	
. Descontos Concedidos	1.482	612	
	4.835.511	10.443.207	

No ano de 2019, devido ao esforço da administração em obter descontos juntos aos fornecedores, a Companhia registrou aumento na rubrica Descontos Obtidos.

Já para o grupo de despesas financeiras, com a melhoria considerável nos recebimentos de clientes, a Companhia conseguiu, a partir da competência fevereiro/2019, manter em dia seus tributos e, consequentemente não registrando mais multas e juros por atraso, com exceção às atualizações (multa e juros) calculadas sobre os IRPJ/CSLL dos exercícios de 2017 e 2018, que afetaram o exercício de 2019 no montante de R\$1.098.370. O restante das atualizações sobre estes tributos foi ajustado diretamente na conta de Lucros/Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores, conforme nota explicativa 26.e. Segue abaixo detalhamento das despesas financeiras:

	2019	2018	Reapresentado
Cernig e Copasa (Serv. Gráficos)	31.221	85.654	
INSS/ISS/IRRF/PIS/COFINS/FGTS	908.474	5.127.854	
Juros, multas e correção monetária			
IRPJ/CSLL anos 2017/2018	1.098.369	1.178.181	
Pasep	29.664	91.634	
Refis	383.673	566.458	
Libertas	-	946.965	
Passivo Atuarial	2.382.628	2.445.849	
Descontos Concedidos	1.482	612	
Total	4.835.511	10.443.207	

32. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD

A partir da implantação da Política de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, foi constituída a PECLD no montante referente ao Contas a Receber e Serviços Realizados a Faturar, conforme notas explicativas 06 e 07, afetando o resultado do exercício de 2019 em R\$33.414.903.

33. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

No exercício de 2019, foi registrado o ganho com a decadência do PASEP, no montante de R\$4.944.031 (vide nota explicativa 24) e o ganho com o ajuste do saldo do Refis R\$11.188.120 (vide nota ex

plicativa 20).

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A redução dos custos e despesas operacionais das atividades da Companhia fez com que a empresa apresentasse resultados fiscais positivos e apurasse tributos sobre o lucro.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%, o imposto de renda a 15% e o adicional de imposto de renda de 10%, sobre o lucro tributável, em atendimento às disposições fiscais em vigor. Os valores dos impostos estão apresentados a seguir, assim como para o exercício de 2018, conforme reapresentação dos valores (vide nota explicativa 04).

	2019	Original	Ajuste	2018	Reapresentado
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DA CSLL	22.172.275	(1.671.934)		(1.671.934)	
Adições	41.987.860	13.798.066	27.150.477	40.948.543	
Exclusões	(8.139.361)	(9.512.670)		(9.512.670)	
LUCRO REAL	56.020.773	2.613.462	27.150.477	29.763.939	
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(10.624.196)	(784.039)	(8.145.143)	(8.929.182)	
RESULTADO TRIBUTÁVEL	45.396.577	1.829.423	19.005.333	20.834.757	
PROVISÃO IR/CSLL	4.085.692	164.648	1.710.480	1.875.128	

	2019	Original	Ajuste	2018	Reapresentado
RESULTADO CONTÁBIL ANTES DO IRPJ	18.086.583	(1.671.934)		(1.671.934)	
Adições	45.996.660	13.798.066	27.150.477	40.948.543	
Exclusões	(8.139.361)	(9.512.670)		(9.512.670)	
LUCRO REAL	55.943.882	2.613.462	27.150.477	29.763.939	
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	(12.345.823)	(784.039)	(8.145.143)	(8.929.182)	
RESULTADO TRIBUTÁVEL	43.598.059	1.829.423	19.005.334	20.834.757	
Incentivo PAT	(261.588)	(10.977)	(114.032)	(125.009)	
Licença Maternidade/Paternidade	(203.867)	(168.441)		(168.441)	
PROVISÃO IR/CSLL	10.410.059	253.938	4.637.301	4.891.239	

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ezequiel de Melo Campos Netto
Roberto Tostes Reis
Rodrigo Antônio de Paiva
Tadeu Barreto Guimarães
Conrado Lopes Vilaça de Abreu
Octávio Cortes Pereira Lopes
Kassius Caxito de Vasconcelos

DIRETORIA EXECUTIVA

Rodrigo Antônio de Paiva – Diretor Presidente
Ladimir Lourenço dos Santos Freitas – Diretor
Geraldo Gilson Maciel Ribeiro – Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Ionala de Paiva Carneiro

CONSELHO FISCAL

Guadalupe Machado Dias
Andréa Riechert Senko
Carolina de Oliveira Castro Baia Antunes
Fábio Rodrigo Amaral de Assunção
Luiz Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Carlos Antônio Duarte
Luís Carlos Jardim
Sandro Cesar Borges

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE E CUSTOS

Sheila Blom de Lacerda
Contadora – CRC MG – 076747/O-9

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - CAE

Aos senhores Conselheiros de Administração da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE é o órgão permanente de suporte ao Conselho de Administração - no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

O CAE é integrado por três membros, eleitos em reuniões do Conselho de Administração da companhia.

Dentre as suas principais atribuições estão a de monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Prodemge. Além disso, destacam-se as atividades de avaliação e monitoramento das exposições de risco da companhia; a área de auditoria interna; a supervisão das atividades dos auditores independentes, avaliando a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços às necessidades da Prodemge. Cabem também ao CAE, a avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, nos casos em que a Prodemge for a patrocinadora.

Os administradores da companhia são responsáveis pela elaboração e integridade das Demonstrações Financeiras, pela gestão de riscos, pela manutenção e efetividade dos controles internos e pela conformidade das atividades da empresa às normas legais e regulamentos aplicáveis.

A auditoria interna tem a atribuição de aferir a adequação do controle interno, a efetividade e o gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração,

classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

A auditoria independente das demonstrações financeiras levantadas em 31.12.2019 ficou sob a responsabilidade da empresa Maciel Auditores S/S do grupo Russell Bedford Brasil, que se encarregou, também, da revisão dos cálculos dos tributos incidentes sobre os resultados, além de proceder as avaliações sobre a adequação dos sistemas de controles internos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Prodemge.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DO CAE

O CAE se reuniu por 28 vezes entre a data da aprovação das Demonstrações Financeiras de 31.12.2018, em 01.03.2019 e 17.02.2020, sendo esta última reunião dedicada ao exame final das demonstrações financeiras de 31.12.2019 e emissão deste relatório. Nessas oportunidades, em que estiveram presentes diretores e gerentes de diversas áreas da empresa, foram abordados assuntos variados que vão desde temas relacionados aos negócios até assuntos como integridade, controles internos e riscos, contabilidade e auditoria interna. Destaques para as reuniões havidas com os auditores externos, totalizando 3 (três) reuniões para conhecimento de metodologia de trabalho e padrões adotados para a sua independência e a abordagem de pontos considerados críticos na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Também merece destaque a reunião havida com a Fundação Libertas, instituição de previdência complementar administradora dos planos de benefícios patrocinados pela Prodemge e com os consultores contratados pela companhia, por meio da Atest Consultoria Atuarial, totalizando 2 (duas) reuniões, para subsidiar os cálculos atuariais e o respectivo registro contábil.

Em auxílio aos acionistas, o CAE participou do processo de elegibilidade dos indicados ao preenchimento de cargos no Conselho de

Administração, Diretoria da Prodemge e cargos no Conselho Fiscal, emitindo relatórios opinando sobre os documentos apresentados, preenchimento de requisitos e a ausência de variações com relação aos indicados.

O CAE supervisionou a elaboração do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício de 2020, recomendando a inclusão de trabalhos que julgou requeridos ao aperfeiçoamento de controles internos. Apresentou também ao Conselho de Administração o seu próprio plano de trabalho e a agenda de reuniões para o exercício de 2020. O CAE apresentou recomendações ao Conselho de Administração para o aperfeiçoamento do processo de contabilidade, referentes à adoção de políticas relacionadas à contabilização de ajustes em contas a receber e a provisões para contingências. Também recomendou o aperfeiçoamento do sistema de contabilidade de custos, para permitir a elaboração de relatórios financeiros gerenciais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As opiniões e julgamentos do CAE estão fundamentados nas informações recebidas de componentes internos da Prodemge, especialmente da diretoria, da contabilidade, da auditoria interna, da assessoria de governança corporativa, da assessoria jurídica e, ainda, da Fundação Libertas e da empresa de consultoria contratada para assuntos atuariais.

O CAE reconhece o esforço da administração da Prodemge no sentido de implantar as estruturas de controles internos, de riscos e de governança exigidas pela Lei 13.303/2016, destacando a implantação da Ouvidoria e dos meios para a recepção de denúncias internas e externas à Prodemge, em matérias relacionadas ao escopo das atividades do Comitê.

Com relação a auditoria externa, o CAE não identificou situação que pudesse afetar a objetividade e a independência dos auditores no que

se refere aos trabalhos de acompanhamento da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

O CAE dedicou especial atenção aos eventos que impactaram os resultados e a situação patrimonial da Prodemge de forma relevante, como o reconhecimento de obrigações tributárias relacionadas à dedução indevida de despesas incorridas em nome de terceiros nos exercícios de 2017 e 2018 e do registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, fundamentado na Política de Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) aprovada pela administração para esse fim, ambos objeto de ressalva por parte dos auditores externos nas Demonstrações Financeiras de 31.12.2018, e da baixa de passivo relacionado a obrigações com o Pasep, em decorrência de sua prescrição. O CAE supervisionou as atividades dos auditores independentes, especialmente, no tratamento destes pontos.

4. CONCLUSÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considerando, ainda, a inexistência de ressalvas por parte dos auditores externos, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras da Prodemge em 31.12.2019.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2020.

Presidente
Carlos Antônio Duarte
Membros
Luís Carlos Jardim
Sandro Cesar Borges

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE

Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PRODEMGE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da PRODEMGE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, a Companhia fez a apuração do lucro real e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios de 2017 e 2018 e identificou novos valores dos tributos IRPJ e CSLL a recolher. Os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados e emitimos relatório em 21 de fevereiro de 2019, com modificações

na opinião sobre divergências na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social, referente a não adição de despesas de terceiros, regularizado neste exercício, conforme descrito na ênfase acima; e sobre a falta de política para constituição de provisão para perdas sobre valores a receber de clientes e valores a receber de serviços realizados a faturar, que foram implementadas neste exercício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria rea-

lizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: •Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conlujo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

•Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

•Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

•Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

•Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador I CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Luciano Gomes dos Santos
Contador I CRC RS 59.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL